

PESCADORES URBANOS DA ZONA COSTEIRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, BRASIL

Beatriz Mesquita Jardim PEDROSA ¹; Luiz LIRA ²; André Luis Santiago MAIA ³

RESUMO

A pesca estuarina em Pernambuco responde por mais da metade do total de pescado capturado no estado. Os estuários da cidade do Recife e arredores, apesar de bastante impactados pela especulação imobiliária e poluição, são responsáveis por abrigar um grande contingente de pescadores: os pescadores urbanos. O objetivo deste trabalho foi caracterizá-los como uma classe de profissional pesqueiro e dar visibilidade a um contingente crescente de pessoas que da pesca são dependentes, a partir da diferenciação de pescadores urbanos e rurais. Os pescadores urbanos, que necessitam sobreviver do pouco que retiram do manguezal não são considerados nas políticas públicas para o setor, sendo, por muitas vezes, impedidos de acessá-las por falta de enquadramento aos critérios exigidos, ou mesmo pela não presença nas estatísticas oficiais brasileiras da pesca. Para tanto, foram realizadas 339 entrevistas com pescadores/marisqueiras nas comunidades estuarinas do Bode e de Rio Formoso (PE). Apesar das duas comunidades realizarem atividades pesqueiras estatisticamente semelhantes, sendo a pesca estuarina com uma forte atuação das mulheres, a primeira está encravada no coração da cidade do Recife e intensamente urbanizada; já a segunda tem características mais semelhantes a comunidades rurais, o que as diferenciam em vários aspectos. Na comunidade urbana, os pescadores, apesar de serem mais escolarizados, têm piores condições de moradia e menor relação com instituições e políticas relacionadas à pesca e meio ambiente. A pesca urbana necessita de uma maior atenção por parte da sociedade e de melhores condições ambientais para se perpetuar.

Palavras chave: Estuário; comunidade; pesca artesanal

URBAN FISHERS FROM THE COASTAL ZONE OF THE STATE OF PERNAMBUCO, BRAZIL

ABSTRACT

Estuarine fishing in Pernambuco produces more than half of the total amount of seafood captured in the state. The estuaries in the city of Recife and its surroundings, despite being strongly affected by real estate speculation and pollution are responsible for sheltering a large contingent of fishers: the urban fishers. The goal of this work was to characterize urban fishers as a class of professional fishers and to give visibility for a growing contingent of people which depends on fishing, by differentiating urban and rural fishermen and fisherwomen. Those fishers who need to survive from the few they take from the mangrove are not seen in public policies for the sector, being many times, prevented to access those policies by not fitting the required criteria, or even by not being present in Brazilian official fishery statistics. In order to achieve that, three hundred and thirty nine interviews were made with fishermen/shellfish gatherers in the estuarine communities of Bode and Rio Formoso, on the state of Pernambuco. Despite both communities performing statistically similar fishing activities, with estuarine fishing having a strong presence of women, the first one is embedded in the heart of Recife and intensely urbanized; the second one has characteristics similar to rural communities, being different in several aspects. In the urban community the fishers, despite being more educated, have worse housing conditions and weaker relationship with institutions and policies related to fishery and environment. Urban fishing needs more attention from society and better environmental conditions in order to perpetuate.

Keywords: Estuary; artisanal fisheries; community

Artigo Científico: Recebido em 31/07/2012 - Aprovado em 09/05/2013

¹ Fundação Joaquim Nabuco. Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos - CEP: 52.071-440 - Recife - PE - Brasil. e-mail: beatriz.mesquita@fundaj.gov.br (autor correspondente)

² Instituto Oceanário de Pernambuco. Rua Dom Manoel de Medeiros, s/nº - Dois Irmãos - CEP: 52.171-900 - Recife - PE - Brasil. Pró-Reitoria de Extensão - UFRPE. e-mail: luzglira@gmail.com

³ Fundacentro - Centro Regional da Bahia. Rua Alceu Amoroso Lima, 142 - Caminho das Árvores - CEP: 41.820-770 - Salvador - BA - Brasil. e-mail: andre.maia@fundacentro.gov.br

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal tem um papel histórico no desenvolvimento da humanidade, seja como fornecedora de alimento e fonte de subsistência, seja como atividade socioeconômica para as comunidades das regiões costeiras. Além disso, é uma atividade que envolve importantes feições culturais nessas regiões.

No Brasil, a pesca artesanal é responsável por mais de 65% da produção pesqueira de captura (IBAMA, 2008), sendo predominante nas regiões Norte e Nordeste. Em 2009, as estatísticas oficiais apontaram uma produção marinha total de 585.671,5 t (MPA, 2012). Apenas três estados (Santa Catarina, Pará e Bahia) produziram mais de 50% do total da pesca extrativa marinha em 2009, sendo que os dez maiores produtores responderam por 90% de toda a produção.

O total da mão de obra artesanal registrada no país, em 2009, foi de 833.205 pescadores profissionais, cabendo ao Norte e Nordeste o maior percentual (78,3%) (MPA, 2012). Esses dados mostram que a atividade artesanal é realizada prioritariamente nessas duas regiões. Apenas quatro estados: Pará (167.494), Bahia (105.455), Maranhão (101.587) e Amazonas (58.232) detêm 52% dos pescadores registrados no Brasil.

Em Pernambuco, a pesca artesanal representa a totalidade da produção que, em 2009, somou 15.019 t, segundo a estatística oficial do Ministério da Pesca (MPA, 2012). Esta produção coloca Pernambuco como décimo produtor nacional e quinto no Nordeste. Em número de pescadores, porém, é o estado do Nordeste que possui menos profissionais (14.452, em 2009) cadastrados no RGP- Registro Geral da Pesca, registro oficial no país.

Acredita-se, porém, que os resultados do cadastro oficial do governo estejam subestimados. Em relação ao número de pescadores em Pernambuco, por exemplo, estudos indicam que aproximadamente metade dos pescadores sejam cadastrados. LESSA *et al.* (2006) verificaram, em seu estudo, que 56,1% dos entrevistados possuíam carteira de pescador. QUINAMO (2007), analisando o município de Itapissuma, um dos que concentram mais pescadores no Estado, cita

que apenas um terço das pessoas diretamente envolvidas com a atividade pesqueira são cadastradas na Colônia de Pescadores ou no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Mais recentemente, pesquisa de LIRA *et al.* (2009) indicou que, dos 5.000 pescadores(as) entrevistados, 24,3% estava cadastrado no Ministério da Pesca. Na pesquisa realizada por BARROS *et al.* (2001), quando o cadastro ainda era realizado pelo IBAMA, 57,0% dos entrevistados possuíam carteira de pescador.

O litoral de Pernambuco possui 187 km de extensão e ocupa 2,3% de todo o litoral brasileiro. Apesar de sua estreita faixa litorânea, é marcado historicamente pela presença de regiões estuarinas, as quais lhe conferem características ambientais que promovem uma intrínseca relação entre homem-natureza. A zona costeira, com 2.968 km², abriga 21 municípios, onde a costa é baixa, chegando a atingir cotas inferiores ao nível do mar. Essa zona constitui ambientes transicionais, a exemplo da Baía de Tamandaré, e 20 estuários e manguezais, que fertilizam o mar e são responsáveis por grande parte da produtividade pesqueira artesanal do estado. Essas fábricas naturais de alimentos são responsáveis por mais de 60% do pescado estadual e se destacam por gerar alternativa de renda para milhares de pessoas, que encontram no manguezal e na plataforma continental fontes importantes de alimento e de renda.

O estado de Pernambuco encontra-se inserido entre as zonas costeiras mais densamente povoadas no país, sendo o oitavo estado mais povoado no litoral, com 44,7% da população residente na costa (IBGE, 2001). A estreita faixa costeira facilita o processo de urbanização do litoral, provocando sérias consequências socioambientais. A forte pressão sobre o ecossistema é causada por: especulação imobiliária, poluição urbana, poluição industrial, turismo desordenado e pressão populacional.

A região metropolitana do Recife é alvo de forte ocupação litorânea, sendo 100% ocupada por obras públicas e residências (ARAÚJO *et al.*, 2007). Ao mesmo tempo, é rica em manguezais, os quais foram historicamente aterrados pela especulação imobiliária, ampliando o espaço do Recife, parte das cidades de Olinda e Jaboatão dos Guararapes.

A grande extensão de manguezais, devido à penetração da maré de salinidade na baixa declividade da planície do Recife e áreas adjacentes, favorece a realização da pesca estuarina.

MADRUGA (2002) cita que a pesca tem sido estudada ao longo dos anos mais como uma atividade que conserva traços culturais e os aspectos de uma economia de subsistência, do que como uma atividade que passa por profundas alterações, à medida que vem sofrendo as interferências da realidade do mundo urbano. A relação urbano-rural será discutida ao longo do texto visando identificar sua relação com o ambiente da pesca e seus atores.

Os pescadores urbanos, que necessitam sobreviver do pouco que retiram do manguezal, não são visualizados nas políticas públicas para o setor, sendo, por muitas vezes, impedidos de acessar essas políticas por falta de enquadramento aos critérios exigidos, ou mesmo pela não presença nas estatísticas oficiais da pesca. Para tanto, se faz necessária uma discussão teórica sobre a pesca e o processo de urbanização.

A motivação desse trabalho surgiu durante a realização do “Diagnóstico socioambiental da pesca no estado de Pernambuco”, realizado em

2009 pelo governo do Estado de Pernambuco, do qual os autores participaram como coordenador e consultores desde a concepção do projeto. Sendo assim, foi inicialmente criada a hipótese de que os pescadores das áreas urbanas não são beneficiados pelas políticas públicas para pescadores artesanais, gerando os questionamentos: esses indivíduos que praticam a pesca na região urbana em Pernambuco são reconhecidos como pescadores profissionais? Eles se diferenciam dos pescadores em áreas rurais?

O objetivo desse trabalho foi caracterizar os pescadores urbanos como uma classe de profissionais da pesca e dar visibilidade a um contingente crescente de pessoas que da pesca são dependentes.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram analisadas, comparativamente, duas comunidades pesqueiras do litoral de Pernambuco: uma comunidade localizada na região central da cidade do Recife (Bode), nas margens do Rio Pina, maior região estuarina urbana do Brasil, formada notadamente por pescadores urbanos; e outra em uma região de características rurais (Rio Formoso) (Figura 1). As duas comunidades realizam pesca estuarina.

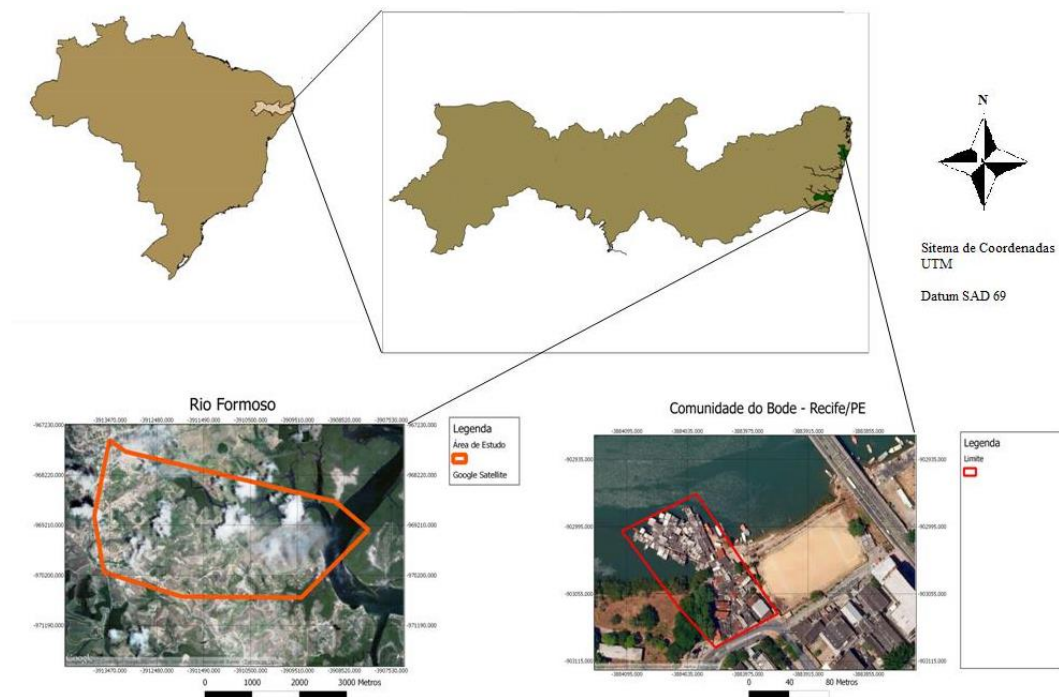


Figura 1. Mapa com a localização das comunidades estudadas.

Essas duas comunidades foram destacadas no processo de diagnóstico financiado pelo governo de Pernambuco (LIRA *et al.*, 2009), entre os anos de 2008 e 2009, que percorreu todo o litoral pernambucano, ao longo de suas 71 comunidades de pescadores artesanais (ANEXO 1) e entrevistou 5.071 pescadores.

Para entender as diferenças encontradas na pesca ao longo do litoral pernambucano, utilizou-se uma classificação dicotômica entre urbano e rural na pesca. Primeiro, como uma forma didática de diferenciação entre duas comunidades que, apesar de realizar atividades semelhantes, apresentaram características socioeconômicas distintas. Segundo, incorporando toda a discussão teórica sobre o urbano e o rural (e a nova ruralidade) em uma atividade tão peculiar como a pesca (SOROKIN *et al.*, 1986; GRAZIANO DA SILVA, 1997; BLUME, 2004; VEIGA, 2004; 2006).

Os municípios costeiros pernambucanos foram classificados em urbanos e rurais. Para esta divisão, foi adaptada a classificação proposta no Projeto de lei nº 316/2009, o qual adota critérios populacionais, de densidade demográfica e de composição do PIB (Produto Interno Bruto) para estabelecer a divisão entre espaço urbano e rural (BRASIL, 2009). Este projeto de lei propõe a alteração da Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001) (Estatuto da Cidade) que utiliza o antigo conceito de número mínimo de moradias para sedes de distritos e municípios. Na adaptação desses critérios, foram consideradas, ainda, as variáveis da análise aqui realizada.

As variáveis: localização geográfica, tamanho e densidade demográfica dos municípios onde as comunidades se localizam, caracterização da atividade pesqueira, características da moradia, conhecimento sobre instituições públicas que cuidam da pesca e do meio ambiente, participação dos pescadores em outras atividades que não a pesca e tempo médio na pesca foram utilizadas para a diferenciação das 71 comunidades. Assim, após análise dos dados, foi feita a escolha das duas comunidades a serem estudadas nessa pesquisa.

A base das informações aqui explicitadas teve três vertentes:

- i) as observações de campo realizadas por entrevistadores;
- ii) entrevistas não-estruturadas realizadas com lideranças e pessoas representativas no Bode e em Rio Formoso, que buscaram abordar aspectos como a história da formação da comunidade e participação dos pescadores; conflitos existentes que prejudicam o bem estar e a atividade da pesca artesanal; relacionamento dos pescadores com a sociedade do entorno e com atores externos, como o governo;
- iii) dados quantitativos e qualitativos adquiridos por meio das entrevistas estruturadas, realizadas com 339 pescadores/marisqueiras que trabalham nos estuários e residem nas comunidades estudadas. As entrevistas foram realizadas pelo método da Bola de Neve (BIERNACKI e WALDORF, 1981) até o ponto que todas as pessoas posteriormente indicadas já haviam participado da pesquisa.

Os questionários, assim como as observações do contexto ambiental, foram aplicados de janeiro de 2008 a fevereiro de 2009. Procurou-se enfatizar o perfil socioeconômico do entrevistado, a sua atividade econômica, a participação em organizações representativas, o envolvimento no campo do meio ambiente, entre outros. Cada questionário foi examinado individualmente para verificação de possíveis erros de preenchimento; em seguida, as informações foram digitadas em um formulário de entrada de dados construído no programa Epi Info⁴. Após a digitação, os dados foram agrupados e armazenados no programa ACCESS⁵, validados e criticados, e seus resultados tabulados e posteriormente tratados com a utilização do programa estatístico SPSS⁶, o qual gerou uma série de cruzamentos de informações que foram então analisadas.

⁴ Software de domínio público criado pelo CDC ("Centers for Disease Control and Prevention") que reúne aplicações de banco de dados. Nessa pesquisa foi usado, especialmente, para criar questionários de protocolos.

⁵ Um sistema relacional de administração de banco de dados da Microsoft que permite o desenvolvimento rápido de aplicações que envolvem tanto a interface a ser utilizada pelos usuários como também a modelagem e estrutura de dados.

⁶ "Statistical Package for the Social Sciences". Um programa estatístico muito utilizado na vertente de manipulação de grandes bancos de dados.

Os dados foram utilizados para, inicialmente, traçar o perfil dos pescadores artesanais das comunidades analisadas e, posteriormente, para diferenciá-las em comunidade urbana ou rural. Após a escolha das duas comunidades aqui analisadas, os resultados obtidos para as duas amostras foram confrontados através de estatísticas descritivas e testes de hipóteses.

Foram realizados dois testes de hipóteses: teste Z e teste t (BUSSAB e MORETTIN, 2011) para diferença entre médias e para diferença nas proporções observadas nas respostas obtidas para as duas comunidades analisadas, respectivamente. O emprego de métodos paramétricos para avaliar estas hipóteses deve-se ao fato dos pressupostos estatísticos serem atendidos para todas as variáveis confrontadas. Métodos para verificar ajustamento das amostras foram realizados preliminarmente e as variáveis que violaram, ao menos, uma das pressuposições para realização dos testes paramétricos foram desconsideradas da análise sem trazer qualquer prejuízo ao objetivo do trabalho. A hipótese nula avaliada, H_0 , foi de que as médias ou as proporções são iguais nos dois grupos. Assim, a rejeição de H_0 indica que os resultados são significativamente diferentes para estes grupos. Todos os testes foram realizados ao nível de 90% de confiança estatística.

RESULTADOS

Ao longo da realização das entrevistas, um total de 113 pescadores/marisqueiras forneceram informações na comunidade do Bode, município de Recife; além de outros 180 profissionais da comunidade de Rio Formoso, município de Rio Formoso. Os pescadores/ marisqueiras abordados representam a quase totalidade dos profissionais nas duas comunidades.

Os Municípios costeiros de Pernambuco foram inicialmente classificados segundo os critérios do PL 316/2009 (BRASIL, 2009), com base nos dados do censo realizado em 2010 (IBGE, 2011a). O litoral do estado tem seis cidades de grande porte (Grande Recife), nove de médio porte e apenas uma de pequeno porte (São José da Coroa Grande). A principal atividade econômica dos Municípios litorâneos, excluída a região metropolitana do Recife, porém, é a indústria da

cana-de-açúcar que, apesar de ser uma atividade agropecuária, é contabilizada no PIB como atividade industrial uma vez que as usinas de transformação localizam-se nos próprios municípios de plantio. Essa é a explicação para a baixa relação encontrada entre o valor do produto da agropecuária e o PIB como um todo (CAMPOS *et al.*, 2009).

Se a atividade canavieira fosse contabilizada como atividade agropecuária, essa relação, possivelmente, enquadraria esses municípios como municípios rurais ou de pequeno porte. A densidade populacional também é considerada elevada nesses municípios, explicada pela geometria do estado, que possui uma pequena faixa de litoral, região historicamente povoada no Brasil e local de concentração da indústria canavieira. Apesar do cultivo da cana-de-açúcar proporcionar esses indicadores, diversos autores citam a relação da sociedade-natureza nessa região como de características marcadamente rurais (FREYRE, 1937).

A pesca é uma atividade típica nesses municípios, que mantém historicamente uma relação intrínseca com a cultura da cana-de-açúcar: era (e ainda o é) nos manguezais que os trabalhadores da cana tiravam o seu sustento na época da entressafra (FREYRE, 1937). Essas particularidades permitiram a classificação do Município de Rio Formoso como município rural para fins de análises no contexto pesqueiro.

As duas comunidades analisadas destacam-se porque, apesar de características similares no tipo de atividade realizada, se diferenciaram significativamente em relação às características socioeconômicas, o que pode ser observado nas Tabelas 1 e 2 que apresentam os resultados para os testes de hipóteses.

O município de Rio Formoso apresentou maior quantidade de mulheres participantes da pesquisa (136), apesar de não haver diferença significativa na relação de proporção entre homens e mulheres entre as duas comunidades. Participaram da pesquisa 35 mulheres na comunidade do Bode.

Em relação à média de idade, Rio Formoso apresentou pescadores(as) significativamente mais velhos, porém o tempo de atividade na pesca foi similar para as duas comunidades.

Tabela 1. Dados socioeconômicos das comunidades do Bode e Rio Formoso em Pernambuco no ano de 2009. As letras 'a' e 'b', na mesma linha, indicam rejeição da hipótese nula, H0, sendo o valor assinalado com a letra 'a' significativamente superior ao valor assinalado com a letra 'b'.

Variáveis	Comunidades	
	Bode (urbana)	Rio Formoso (rural)
Número de entrevistas	113	226
Sexo feminino (%)	52,2	60,2
Média de idade em anos	34,3 b	40,0 a
Média de anos na atividade pesqueira	19,5	20,3
Possui alguma carteira de pescador (%)	6,5 b	70,8 a
Chefe de família (%)	63,7	55,3
Estado civil		
Casado/mora junto (%)	54,0 b	72,6 a
Solteiro (%)	37,2 a	21,7 b
Separado/Desquitado/Divorciado/Viúvo (%)	8,8	5,7
Cônjuge tem atividade relacionada à pesca (%)	28,3	24,8
Número médio de filhos dependentes financeiramente	2,5 a	1,9 b
Condições de moradia		
Taipa/madeira (%)	39,8 a	15,9 b
Alvenaria (%)	59,3 b	83,2 a
Água encanada (%)	30,1 b	83,2 a
Esgoto (%)	5,3 b	25,7 a
Fossa (%)	9,7 b	48,2 a
Banheiro (%)	58,4 b	81,4 a
Energia elétrica (%)	85,0 b	96,9 a
Coleta de lixo (%)	58,4	50,0
Nível de escolaridade		
Escreve o nome (%)	16,5 a	8,5 b
Ensino Fundamental I incompleto (%)	15,6 b	30,8 a
Ensino Fundamental I completo (%)	15,6	12,1
Ensino Fundamental II incompleto (%)	34,9 a	23,7 b
Ensino Fundamental II completo (%)	4,6	5,4
Ensino Médio incompleto (%)	6,4	4,0
Ensino Médio completo (%)	5,5 b	14,3 a
Gostaria de se capacitar		
Não gostaria (%)	17,7	21,7
Na sua atividade principal (pesca) (%)	27,4 b	39,8 a
Em outra atividade (%)	54,9 a	38,1 b
Possui outra(s) atividade(s) ou habilidade(s) (%)	46,9	41,6
Recebeu crédito/financiamento, projeto produtivo ou assistência técnica para sua atividade (%)	1,8 b	23,0 a
Conhece órgão/instituição que realize algum tipo de ação na área de meio ambiente no seu município (%)	18,6 b	50,0 a
Contribui com a previdência social (%)	5,3 b	16,4 a
É filiado à colônia de pescadores (%)	7,1 b	75,2 a
Tem algum documento profissional relacionado a pesca (%)	9,7 b	78,3 a

Tabela 2. Dados da atividade produtiva e renda das comunidades do Bode e Rio Formoso em Pernambuco no ano de 2009. As letras 'a' e 'b', na mesma linha, indicam rejeição da hipótese nula, H0, sendo o valor assinalado com a letra 'a' significativamente superior ao valor assinalado com a letra 'b'.

Variáveis	Comunidades	
	Bode (urbana)	Rio Formoso (rural)
Número de entrevistas	113	226
Renda mensal total familiar (em salário mínimo)		
Menos de ½ (%)	28,3 a	17,7 b
De ½ a menos de 1 (%)	46,9 a	32,7 b
De 1 a menos de 2 (%)	21,2 b	35,8 a
De 2 a menos de 5 (%)	1,8 b	5,8 a
5 ou mais (%)	0,0	0,4
Renda mensal de sua atividade principal (em salário mínimo)		
Menos de ½ (%)	59,3 b	67,7 a
De ½ a menos de 1 (%)	27,4 a	20,8 b
De 1 a menos de 2 (%)	12,4 a	9,7 b
De 2 a menos de 5 (%)	0,0 b	0,4 a
5 ou mais (%)	0,0	0,0
Pescador empregado/parceiro (%)	6,5	9,7
Pesca estuarina/manguezal (%)	89,4	91,6
Embarcação utilizada - Canoa/baitera/jangada (%)	70,3 a	59,7 b
Coleta manual/vara de pescar siri (%)	86,8	79,2
Pesca para subsistência/consumo (%) próprio	6,5 b	25,7 a
Vende para peixeiro/pombeiro (%)	86,1 a	9,5 b
Venda direta ao consumidor (%)	38,0 b	80,6 a

Mais da metade dos entrevistados eram chefes de família, tanto no Bode, quanto em Rio Formoso, porém, na segunda, o índice de casados foi maior. Quando questionados se o cônjuge tinha atividade relacionada à pesca, não houve diferença significativa entre as comunidades. No Bode há mais filhos dependentes financeiramente dos pais, diferenciando-se do ambiente rural. Os índices de escolaridade também foram, em geral, diferentes, sendo a comunidade urbana mais escolarizada. A escolaridade dos entrevistados nesta comunidade é maior que a média dos pescadores no Estado (34,9% tem o ensino fundamental II incompleto) (LIRA *et al.*, 2009).

Apesar de Rio Formoso apresentar baixos indicadores sociais, as condições de moradia diferiram significativamente, sendo inferiores para a comunidade do Bode, considerando todos os critérios analisados, excluindo apenas a coleta de lixo, presente em metade das moradias dos entrevistados em ambas. Apesar de estar localizada em ambiente urbano, a comunidade

carece de melhores estruturas, mostrando-se em situação de risco social.

As maiores diferenças foram encontradas em ações mais relacionadas com a governança pesqueira: filiados a colônias de pescadores; possuidores de carteira de pescador e/ou outro documento relacionado à pesca; contribuição ao INSS como segurado especial e acesso ao crédito, situações em que os pescadores de Rio Formoso encontram-se na vanguarda em relação aos pescadores urbanos. Apenas 9,7% dos entrevistados na comunidade do Bode possuía algum tipo de documento que o caracterizasse como pescador, enquanto que em Rio Formoso, esse número foi de 78,3%, indicando que os pescadores urbanos são invisíveis para as políticas públicas de pesca.

O conhecimento de instituições relacionadas ao meio ambiente também diferenciam as duas comunidades, mostrando que os pescadores urbanos estão mais afastados da questão ambiental. Apesar de declararem ser pescador(a)

há muito tempo (19,5 anos), 81,4% declarou desconhecer as instituições relacionadas ao meio ambiente e à pesca. Também é importante citar que, quando questionados sobre a vontade de se capacitar, 54,9% dos pescadores(as) da comunidade do Bode gostariam de se capacitar em outras atividades não ligadas a pesca.

As duas comunidades são formadas por pescadores profissionais com uma média de 19,5 anos (Bode) e 20,3 anos (Rio Formoso) de atividade na pesca. Na comunidade do Bode, a pesca é estuarina e realizada por coleta manual ou utilizando artes de pesca simples, como a vara de pescar siri, e com a utilização de embarcações de pequeno porte não motorizadas como canoas, baiteiras e jangadas.

Rio Formoso, apesar de se diferenciar em relação aos aspectos socioeconômicos, possui as mesmas características de pesca da comunidade do Bode: pesca estuarina, coleta manual ou utilizando artes de pesca como a vara de siri, porém com menor utilização de embarcações, justificada pela proximidade dos locais de pesca.

Na comunidade mais afastada da capital, os entrevistados declararam consumir mais seus produtos (25,7%) e comercializá-los diretamente ao consumidor (80,6%), enquanto na cidade, onde o mercado para a venda direta é muito maior, os pescadores comercializam sua produção para atravessadores (86,1%).

DISCUSSÃO

Os dados revelam que não houve melhorias nos indicadores da condição social dos pescadores das comunidades analisadas, quando comparados com pesquisas anteriores (BARROS *et al.*, 2001 e LESSA *et al.*, 2006) realizadas na última década.

Uma das características mais marcantes da pesca no estado de Pernambuco é a questão de gênero. Apesar de a atividade pesqueira ser considerada tradicionalmente masculina, é clara a presença e a importância do trabalho feminino na atividade (SHARMA, 1996; WOORTMANN, 1992). É interessante citar que os dados analisados mostram que as mulheres estão diretamente envolvidas na pesca (mais de 50% dos entrevistados(as)); porém, são nas atividades

indiretas, como o beneficiamento e a comercialização, que as mulheres tem uma maior participação no setor (MANESCHY, 1995).

As colônias de pescadores, apesar de suas particularidades muito discutidas no meio científico (RAMALHO, 2008), se mostram como a forma mais local de organização desses trabalhadores e devem ser incentivadas por meio de capacitação e empoderamento dos sócios pescadores(as) para a gestão e representação da categoria. Apesar de o nível municipal ser importante para a gestão da pesca artesanal, quando questionados sobre seu conhecimento em relação às instituições que cuidam do meio ambiente e da pesca, as instituições municipais e ONGs locais tiveram baixíssimas citações, tanto pelos pescadores quanto pelas lideranças entrevistadas, o que indica que os governos locais não têm forte atuação perante às questões que influenciam diretamente a atividade dos pescadores.

Apesar da falta de inserção na gestão municipal, acredita-se que as comunidades de pescadores artesanais, suas atividades e qualidade de vida, tem características que variam de acordo com o nível de urbanização do município.

A pesca pode ser considerada uma atividade dinâmica, que convive entre o urbano e o rural na medida em que, por um lado, utiliza-se da aglomeração populacional do urbano como mercado para seus produtos, e por outro, sofre com a pressão antrópica sobre os ecossistemas marinhos. A produtividade pesqueira, principalmente na região do nordeste brasileiro, é fortemente influenciada pelo aporte de nutrientes da costa. A perda de qualidade ambiental proporcionada pela urbanização, então, é condicionante para a diminuição da qualidade de vida das pessoas que dessa atividade sobrevivem.

A diferenciação e conceituação entre o urbano e o rural no Brasil é uma discussão presente em diversas disciplinas, marcadamente na sociologia, geografia e demografia. Trata-se de uma ação dinâmica, no tempo e no espaço, quando consideradas as mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, principalmente depois da década de 1980.

A dicotomia entre o urbano e o rural é matéria discutida a partir do século XVIII, com o advento

da industrialização e acumulação de capital. As definições clássicas têm início no final do século XIX (BLUME, 2004). SOROKIN *et al.* (1986) definiram o rural como sede da produção agropecuária. Porém, durante o século XX, o campo torna-se espaço não só da produção agrícola, sugerindo que a transição rural-urbano é um espaço *continuum* (GRAZIANO DA SILVA, 1997), o que surge com a urbanização das áreas rurais. A globalização é uma das explicações para a dissolução da dicotomia entre campo/cidade.

Na segunda metade do século passado, surgem novos elementos que se remetem ao antigo conceito dicotômico, diante da velocidade e grandeza das mudanças socioeconômicas e ambientais. Assim, em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza. No Brasil, essa dinâmica aponta para uma nova ruralidade, por vezes afastada do conceito de atividades agrícolas (VEIGA, 2004).

Essa nova ruralidade (VEIGA, 2006) é impulsionada por três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis. A pesca, então, surge como atividade que pode se beneficiar da nova ruralidade, que assume a tão necessária conservação da biodiversidade e cria mercado para os produtos pesqueiros quando assume o turismo em suas várias vertentes.

O conceito de nova ruralidade e a intensificação da contradição ecológica entre o urbano e o rural pode ser visualizado nos dados analisados e explica as diferenças na qualidade de vida encontrada entre esses pescadores. Na área rural, os pescadores possuem maior renda, encontram venda direta para seu produto e apresentam melhores indicadores sociais.

VEIGA (2002), em uma análise mais heterodoxa, desaprova os critérios adotados no Brasil para a classificação entre rural e urbano. Cita também que, para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE, uma localidade é considerada urbana somente quando sua densidade demográfica

ultrapassa os 150 hab km⁻². O autor analisa que, de um total de 5.507 sedes de municípios existentes no Brasil, no ano 2000 havia 3.887 com *status* legal de cidade, não se diferenciando, então, dos municípios mais densos. Mais recentemente, o censo 2010 (IBGE, 2011) indicou que o conceito de urbanização do país continua em curso quando mostra que a população é mais urbanizada que há dez anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%.

Diante das inúmeras críticas de teóricos que consideram o Brasil um dos países mais atrasados do mundo nessa matéria (VEIGA, 2002), encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 316/2009 (BRASIL, 2009) que propõe a alteração da Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001) (Estatuto da Cidade), para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural e revogar o antigo Decreto-lei 311 de 1938 (BRASIL, 1938), o qual não estabelece parâmetros quantitativos que permitam delimitar a divisão entre o espaço urbano e o rural. Os limites estão apresentados em termos de número mínimo de moradias, tanto para sede de distrito como para sede de município. Na época de tal lei, o Brasil era essencialmente rural e considerava-se cidade qualquer pequena aglomeração populacional que fosse sede de um município.

A nova proposta a ser implementada no Brasil considera a indicação de VEIGA (2004) e a ela acrescenta mais um critério: valor adicionado da agropecuária em relação ao produto interno bruto. O autor considera a densidade demográfica o critério mais importante para permitir a diferenciação entre urbano e rural do restante dos municípios que se encontram fora dessa teia. É o indicador que melhor expressa a “pressão antrópica” e reflete as modificações do meio natural ou o grau de artificialização dos ecossistemas que resultam de atividades humanas, sendo o que de fato indicaria o grau de urbanização dos territórios. Com a combinação da densidade demográfica e do tamanho populacional, o autor rotula de pequeno porte os municípios que apresentam menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab km⁻² e de médio porte, os que tem população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab km⁻², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Os próprios Municípios tendem a obter vantagens econômicas e tributárias com a delimitação de seus perímetros urbanos, advogando pela manutenção do conceito atual de urbanização, já que os perímetros urbanos são estabelecidos por lei municipal. VEIGA (2004) foi mais além em sua análise, acreditando que apenas no Brasil é utilizado um critério administrativo (ser sede de um município) para se distinguir uma cidade do rural.

A utilização desses critérios funcionais acima citados aproxima a análise de VEIGA (2004) à teoria de SANTOS (1993), o qual considera que o espaço urbano é um fenômeno essencialmente social. O espaço assim constituído integra (e não apenas contém) a trama de complexidades que se apresentam aos indivíduos e grupos, mediante as quais estabelecem suas articulações e relações, em todos os campos das atividades humanas. Outras abordagens teóricas merecem ser ainda citadas, como SINGER (1998), que analisa o urbano de forma mais ampla, podendo ser encarada como um complexo sistema circulatório entre núcleos de funções diferentes.

Essa discussão mais apurada do urbano expande-se para a chamada rede urbana (CORREA, 2000), entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados. As redes variam de acordo com combinações de características, como: tamanho, densidade no espaço regional, funções desempenhadas, natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede. Nesse sentido, as comunidades analisadas podem fazer parte da mesma rede urbana, principalmente ao ser visualizada a pequena extensão da região costeira de Pernambuco, abordagem que não foi incluída nesse estudo.

Para considerar a comunidade de pescadores de Rio Formoso como uma comunidade rural, utilizaram-se as discussões sobre ruralidade de VEIGA (2000) e VEIGA (2006), adotando seus critérios, além das variáveis intrínsecas à atividade da pesca artesanal. ALENCAR (2011) também considerou a comunidade pesqueira de Boipeba (BA) como rural dada à exploração econômica, a predominância de sociabilidade primária e a formação cultural, marcadas por relação direta com a natureza.

Para os pescadores urbanos que foram aqui caracterizados, os aspectos de exclusão social foram mais aparentes, impelindo-os a explorar mais os ambientes estuarinos. Os valores modernos e a incorporação do “desenvolvimento”⁷ estão mais presentes nas comunidades urbanas. Para os pescadores artesanais afastados da região metropolitana do Recife teríamos melhores condições sociais, em que os valores tradicionais podem aflorar de maneira mais efetiva.

Poucos são os trabalhos sobre o tema pesca urbana, e pesquisas sobre o tema são necessárias. O termo é utilizado de várias formas: DIEGUES (1983), ao estudar a pesca em São Paulo, diferenciou os pescadores-lavradores, essencialmente rurais, dos pescadores artesanais, os quais teriam que se urbanizar de acordo com a sua necessidade de materiais para armar o barco (gelo, óleo) e da comercialização do pescado.

Para MORAES (2010), a pesca na calha do rio Solimões está associada ao contexto urbano, pois tem a cidade como lócus da comercialização da produção, e chama de pescadores urbanos aqueles que à cidade se dirigem para comercializar sua produção.

FURTADO (1993) chama atenção para o fato dos pescadores urbanos na Amazônia (migrantes de comunidades rurais) serem monovalentes, especialistas em um único tipo de pesca. Não considera, portanto, que a própria urbanização foi a causa para a realização da atividade pesqueira.

LIMA (2004) descreveu pescadores urbanos como aqueles que moram na cidade e se deslocam, na Amazônia, para locais distantes de pesca. São donos de grandes embarcações, tem pouco contato com comunidades ribeirinhas e atuam na calha do rio.

A pesca urbana na cidade do Recife caracteriza-se por ser realizada na própria cidade, entrecortada de manguezais e ambientes aquáticos, o que permite que essa tradicionalidade da pesca conviva e se relacione com a exclusão

⁷ A discussão sobre tradicionalidade e desenvolvimento não foi incorporada nesse trabalho. GIANNELLA (2011) faz uma ampla análise dessa relação entre os pescadores do Rio de Janeiro, mostrando que a coexistência de valores e traços tradicionais e modernos permite que pensemos desenvolvimentos alternativos.

social causada pela crescente urbanização. No estudo, os pescadores urbanos não demonstraram sair da cidade para pescar, como cita LIMA (2004), não são migrantes de ambientes rurais, como explica FURTADO (1993), e não se caracterizam por precisar apenas do local de comercialização e compra de insumos, como citam MORAES *et al.* (2009) e DIEGUES (1983).

Aqui se chama a atenção para uma pesca artesanal que resiste à crescente urbanização e convive de perto com a exclusão social, realizando uma pesca costeira e, na maioria das vezes, em estuários poluídos. Percebe-se, também, as raízes da crescente pluriatividade desses pescadores, inserindo-se no comércio ou transporte, aproveitando tanto o produto da pesca como suas embarcações para auferir renda em setores diversos da pesca.

A perda do conhecimento tradicional tem sido discutida por diversos autores (SILVA, 2011) e pode ser atribuída a fatores como o crescimento populacional, novas tecnologias, perda de territórios e mudanças de visão devido à urbanização.

Os pescadores urbanos no Recife parecem estar inseridos nesse contexto, mas apesar das várias pressões, continuam a exercer a atividade de modo tradicional. Algumas diferenças nas variáveis analisadas são determinantes para o entendimento dessa característica, como a filiação a entidades de representação, conhecimento de instituições que atuam no meio ambiente e vontade de se capacitar, o que nos leva a inferir que a pesca urbana não tem a devida atenção por parte da representação profissional e de instituições governamentais e ambientais como o IBAMA e as organizações estaduais ou municipais de meio ambiente.

Os problemas ambientais como a poluição, que diminuem a produtividade pesqueira nos estuários e aumentam os problemas de saúde na comunidade, parecem ser determinantes para essas pessoas que declararam (54,9%) querer se capacitar em atividades não relacionadas à pesca.

As políticas públicas para a pesca, por vezes, não consideram essas pessoas como pescadores profissionais. Os instrumentos legislativos que enquadram os pescadores como profissionais (Instrução Normativa nº2 de 2011 (BRASIL, 2011);

Decreto 3.668, de 22 de Novembro de 2000 (BRASIL, 2000)) exigem que os mesmos façam da pesca seu principal meio de vida e não exerçam outras atividades econômicas paralelas, fugindo da realidade atual dessas comunidades.

A diminuição da produção pesqueira impele cada vez mais os profissionais a procurarem outras atividades paralelas, principalmente durante período de entressafra. Em Pernambuco também existe uma relação histórica entre o cultivo da cana-de-açúcar e a pesca. A legislação exclui esses pescadores sazonais, tanto por terem a carteira de trabalho assinada, quanto se for comprovado outra atividade econômica:

I - a comprovação de que não há qualquer vínculo empregatício em outra atividade profissional que não seja a de pesca, inclusive junto ao setor público federal, estadual ou municipal; e

II - a verificação de que não há outra atividade econômica não relacionada diretamente com a atividade de pesca, mesmo que sem vínculo empregatício. Instrução Normativa nº2 de 2011 (BRASIL, 2011)

A própria comunidade pesqueira distingue o pescador profissional como aquele pescador de mar de fora, o qual detém conhecimento apurado sobre o ambiente marítimo, utiliza artes de pesca e embarcações e aprende o ofício e toda a sua arte com os mais velhos (pais e parentes), relevando os pescadores estuarinos à segundo plano dentro da sociedade pesqueira. O mar de fora tem maior valor social, pois é nele que os homens constroem sua identidade; é nele que realizam o saber característico de seu gênero e exercitam sua coragem no enfrentamento do perigo (WOORTMANN, 1992).

Finalmente, corroborando com DIEGUES (2000), não se pode entender a natureza separando-a das sociedades humanas, quando estão situadas na natureza que modificam, transformam e da qual dependem para a sobrevivência. A pesquisa sobre a interação homem-natureza deve ser interdisciplinar e envolver profissionais de diferentes áreas das ciências naturais e sociais.

CONCLUSÕES

Os pescadores urbanos pernambucanos se incluem como pescadores artesanais ao

visualizarmos sua dependência com o meio estuarino, seu modo de vida e a modificação provocada no meio natural. Esses pescadores são diretamente afetados pela poluição e descaso das instituições ligadas à pesca.

As diferenças entre pescadores de áreas altamente urbanizadas e de outras com características próprias de áreas rurais foram significantes para a moradia e outras características sociais. Algumas diferenças nas variáveis analisadas são determinantes para o entendimento dessas comunidades pesqueiras como a filiação a entidades de representação, conhecimento de instituições que atuam no meio ambiente e vontade de se capacitar, o que nos leva a inferir que a pesca urbana precisa de atenção das instituições ligadas ao setor, além de melhores condições ambientais para que ela possa se perpetuar.

Diante do exposto, apesar de ser um assunto ainda não discutido (mas necessário) de forma mais ampla no meio acadêmico, concluímos que maiores esforços no sentido de reconhecer, entender e amparar essas pessoas são necessários. Pesquisas devem ser incentivadas, principalmente quando se relacionam atividades econômicas complementares de renda na pesca como o turismo, visando entender os processos de trabalho e as relações das diversas políticas públicas existentes.

É preciso que o poder público reconheça a existência desses pescadores anônimos no setor pesqueiro que, se por um lado, aumentam um contingente a ser beneficiado de forma especial (ex. seguro defeso e segurado especial do INSS), por outro lado são pessoas que vivem da pesca tradicionalmente, são excluídas do sistema formal de emprego e não se enquadram em nenhum outro grupo de profissionais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos pescadores das comunidades do Bode e de Rio Formoso pelas entrevistas e conversas informais, ao Instituto Oceanário de Pernambuco pela disponibilidade dos dados e a toda equipe do projeto Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco. Agradecemos também aos revisores pelas ricas sugestões incorporadas ao trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C.M.M. 2011 Tensões entre pesca, turismo e exploração de gás reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba-BA. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 23: 149-166.
- ARAÚJO, M.C. B.; SOUZA, S.T.; CHAGAS, A.C.O.; BARBOSA, S.C.T.; COSTA, M.F. 2007 Análise da ocupação urbana das praias de Pernambuco. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 7(2): 97-104.
- BARROS, A.R.; HAZIN, F.H.V.; CORREIA, S.; PEDROSA, B.M.J.; RAPOSO, I.; FILIZZOLA, M. 2001 *Análise econômica da pesca marítima de Pernambuco*. Recife: FADE-UFPE. 250p.
- BIERNACKI, P. e WALDORF, D. 1981. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, 2: 141-163.
- BLUME, R. 2004 Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre. 179p. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Disponível em: <http://200.189.113.123/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta_territorio.pdf> Acesso em: 3 fev. 2012.
- BRASIL 1938 Decreto Lei nº 311, de 2 de Março de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5 fev. 2012.
- BRASIL 2000 Decreto nº 3.668, de 23 de Novembro de 2000. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2000/3668.htm>> Acesso em: 3 fev. 2012.
- BRASIL 2001 Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em: 20 fev. 2012.
- BRASIL 2009 Projeto de Lei nº 316, de 9 de Julho de 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92148> Acesso em: 5 fev. 2012.
- BRASIL 2011 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Instrução Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/legislaca>

- ompa/instrucoes-normativas/mpa/2011>
Acesso em: 10 dez.2012.
- BUSSAB, W.O. e MORETTIN, P.A. 2011 *Estatística Básica*. 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 264p.
- CAMPOS, L.H.R.; RAPOSO, I.P.A.; MAIA, A.I.S. 2009 O Trabalhador na Entressafra: atividades desenvolvidas e condições de vida. In: GALINDO, O. *Desemprego sazonal na atividade açucareira pernambucana: Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife*. Recife: Editora Massangana. p.84-109.
- CORREA, R.L.A. 2000 Rede Urbana e Formação Espacial - Reflexões Considerando o Brasil. *Revista Território*, 8(1): 123-129.
- DIEGUES, A.C. 1983 *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática. 287p.
- DIEGUES, A.C. 2000 *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec. 290p.
- FREYRE, G. 1937 *Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio. 243p.
- FURTADO, L. 1993 *Pescadores do Rio Amazonas*. Belém: MPEG/MCT/CNPq. 486p.
- GIANNELLA, L.C. 2011 Multiterritorialidade e múltiplas identidades: o território da comunidade de pescadores de Copacabana. *Geografia em Questão*, 4: 87-112.
- GRAZIANO DA SILVA, J. 1997 O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, 7(1): 43-81.
- IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. 2008 *Estatística da pesca 2006 Brasil: grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: IBAMA. 174p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2001 *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2011 *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/> Acesso em: 3 mar. 2012.
- LESSA, R.P.; VIEIRA, A.C.S.; MONTEIRO, A.; SANTOS, J.S.; LIMA, M.M.; CUNHA, E.J.; SOUZA JUNIOR, J.C.A.; BEZERRA, S.; TRAVASSOS, P.E.P.; OLIVEIRA, B.A.B.R. 2006 Diagnóstico da Pesca no Litoral de Pernambuco. In: ISAAC, V.J.; MARTINS, A.S.; LIMA, D.M. 2004 Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. *Boletim Rede Amazônia*, 3(1): 57-66.
- LIRA, L.; PEDROSA, B.M.J.; SOUZA, M.M.C.S.; LEITE, C.A.L.; LEITE, A.P.A.; FARIAS, A.M.F.; GALVÃO, C. 2009 *Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco*. INSTITUTO OCEANÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1 CD-ROM.
- MADRUGA, A. 2002 Entre os limites naturais do espaço urbano e da marginalização: as condições de vida das comunidades ribeirinhas. *Cadernos do Logepa*, 1(1): 11-21.
- MANESCHY, M.C. 1995 A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, 11(2): 145-166.
- MORAES, A.O. e SCHOR, T. 2009 As iscas do mercado: relações de trabalho na pesca de bagres no rio Solimões. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., São Paulo, 2-7/fev./2009. *Anais...* São Paulo: USP. p.1-18.
- MORAES, A.O.; SCHOR, T.; ALVES-GOMES, J.A. 2010 Relações de trabalho e transporte na pesca de bagres no Rio Solimões-AM. *Novos Cadernos NAEA*, 13(1): 155-170.
- MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura 2012. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, Brasil 2010*. Brasília, Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf> Acesso em: 15 mar. 2012.
- QUINAMO, T. 2007 Ambiente e pesca tradicional: foco em Itapissuma, no Canal de Santa Cruz, Pernambuco. *Cadernos de Estudos Sociais*, 24(2): 73-98.
- RAMALHO, C.W.N. 2008 A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. *Cadernos de Estudos Sociais*, 24: 261-286.

- SANTOS, M. 1993 *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec. 155p.
- SHARMA, C. 1996 Different voices, similar concerns. SAMUDRA Report, 15: 46-49.
- SILVA, A.L. 2011 Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 6(1): 141-163.
- SINGER, P. 1998 *Economia política da urbanização*, 14ª ed., revisada. São Paulo: Contexto. 160p.
- SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN, C.J. 1986 Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J.S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec. p.198-224.
- VEIGA, J.E. 2002 *Cidades imaginárias, o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.
- VEIGA, J.E. 2004 Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, 56(2): 26-29.
- VEIGA, J.E. 2006 Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 20(57): 333-353.
- WOORTMANN, E.F. 1992 Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "Pesqueiras do Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(7): 41-61.

ANEXO 1 - Comunidades pesqueiras e número de entrevistas realizadas por Município na pesquisa de LIRA *et al.* (2009).

Comunidades	Região Norte - Municípios				
	Abreu e Lima	Igarassu	Itapissuma	Itamaracá	Goiana
Porto Jatobá (183) Inhamã (39) Cuieiras (91)	Mangue Seco (132) Beira Mar (24) Nova Cruz I (59) Nova Cruz II (60) Beira Mar I (29) Beira Mar II (42) Escorregou Tá Dentro (13)	Veloz (108) Espinheiro (61) Cajueiro (132) Várzea (103) Grêmio (99) Botafogo (32) Mangabeira (87)	Pilar (98) Jaguaribe (39) Chié (28) Vila Velha (27) Beira Mangue-Cidade Criança (102) Nossa Senhora da Conceição (76)	Atapuz (88) Tejucupapo (401) Carne de Vaca (56) Povoação de São Lourenço (148) Barra Catuama (101) Ponta de Pedras (133) Malvinas (28) Baldo do Rio (57) Canabrava (13)	
Comunidades	Região Metropolitana - Municípios				
	Paulista	Olinda	Recife	Jaboatão dos Guararapes	Cabo de Santo Agostinho
Pau Amarelo (65) Enseadinha (73) Janga (57) Maria Farinha (17)	Espaço Ciência (31) Carmo (27)	Ilha de Deus (230) Ilha do Maruim (128) Ponte do Limoeiro (88) Bode (113) Brasília Teimosa (256) Boa Viagem (6) Pontes do Recife (35) Beira Rio (29) Açude de Apipucos (20) Caranguejo Tabaiaras (9)	Piedade (79) Barra de Jangada (10) Lagoa do Náutico (42)	Ponte dos Carvalhos (15) Suape (22)	
Comunidades	Região Sul - Municípios				
	Ipojuca	Sirinhaém	Rio Formoso	Tamandaré /Barreiros	São José da Coroa Grande
Porto de Galinhas (37) Salinas (27) Maracaípe (1) Serrambi (11)	Barra de Sirinhaém (188) Vila de Sirinhaém (9) Vila de A-Ver-O-Mar (33) Santo Amaro (25) Agrovila (20)	Rio Formoso (180) Quilombola (46)	Tamandaré (78) Barreiros (19)	Centro (185) Várzea do Uma (73) Abreu do Una (79)	

Fonte: LIRA *et al.* (2009)